1 - Introdução

A C.E.C.M. Minuano, institui a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados conforme a Lei nº 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

A Política foi criada para ratificar o respeito da C.E.C.M. Minuano nas relações com associados, possíveis associados, colaboradores e demais usuários dos canais de relacionamento. A cooperativa mantém o compromisso de assegurar que seus dados pessoais sejam coletados com segurança, privacidade e transparência.

A COOPERATIVA MINUANO entende que a privacidade é um direito fundamental da pessoa natural.

A COOPERATIVA MINUANO compreende que, em seus processos de negócio onde existe tratamento de dados pessoais, essa informação passa por diferentes meios de suporte, armazenamento e comunicação, sendo estes vulneráveis a fatores externos e internos que podem comprometer a proteção de dados pessoais e afetar negativamente a privacidade dos seus titulares.

Dessa forma, a COOPERATIVA MINUANO estabelece sua POLÍTICA GERAL DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (PGPDP), como parte integrante do seu sistema de gestão corporativo, compatível com os requisitos da legislação brasileira, além de boas práticas e normas internacionalmente aceitas, com o objetivo de garantir níveis adequados de proteção para os dados pessoais tratados pela organização.

Nós coletamos e utilizamos alguns dados pessoais que pertencem àqueles que utilizam esse site e demais canais de comunicação da C.E.C.M. Ao fazê-lo, agimos na qualidade de controlador desses dados e estamos sujeitos às disposições da Lei Federal n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Nós cuidamos da proteção de seus dados pessoais e, por isso, disponibilizamos esta política de privacidade, que contém informações importantes sobre:

- Quem deve utilizar nossos canais digitais;
- Quais dados coletamos e o que fazemos com eles;
- Seus direitos em relação aos seus dados pessoais; e
- Como entrar em contato conosco.

2 - Propósito

Esta Política tem por propósito estabelecer diretrizes de Proteção de Dados que permitam a COOPERATIVA MINUANO realizar o tratamento de dados pessoais, em conformidade com a legislação brasileira.

Orientar quanto à adoção de controles técnicos e administrativos para atendimento dos requisitos para Proteção de Dados Pessoais, conforme a legislação vigente.

Resguardar os titulares dos dados pessoais que são tratados pela COOPERATIVA MINUANO, garantindo direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Prevenir possíveis causas de violações de dados pessoais e incidentes de segurança da informação relacionados ao tratamento de dados pessoais.

Minimizar os riscos de perdas financeiras, de participação no mercado, da confiança de clientes ou de qualquer outro impacto negativo no negócio da COOPERATIVA MINUANO como resultado de violações de dados.

3 - Escopo

Esta norma se aplica a qualquer operação de tratamento de dados pessoais realizada pela COOPERATIVA MINUANO, independentemente do meio ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

- A operação de tratamento seja realizada em território nacional brasileiro ou em país estrangeiro, mas em conformidade com o Artigo 33 da Lei 13.709/2018.
- Tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional.
- Os dados pessoais, objeto do tratamento, tenham sido coletados no território nacional.

4 – Diretrizes – Dados que coletamos

Quando o associado procura, se associa, ou contrata os produtos e demais serviços da cooperativa, ela toma os cuidados necessários para garantir proteção, sigilo e uso adequado dos dados pessoais e das operações.

No processo de associação, associado fornece dados pessoais, por meio de uma proposta física de admissão, dentre os quais, nome, CPF, RG, órgão emissor, data de emissão, nacionalidade, naturalidade, profissão, filiação, data de nascimento, endereço, telefone, celular, e-mail, matrícula, estado civil, dados do representante, dados bancários, dados da empresa na qual trabalha e assinatura.

Além disso, outros dados que estejam em comprovantes de renda, histórico de crédito também podem ser coletados.

Também são coletados dados relacionados ao possível associado junto a parceiros contratados como ex. SPC, Serasa, CDL, SCR (BCB), e outras informações necessárias à análise de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo.

A cooperativa se compromete em proteger os dados que são coletados e utilizados, zelando pelo tratamento ético, transparente e responsável dos dados pessoais e operacionais do associado em todo o seu ciclo de relacionamento com a instituição, pois considera de suma importância a privacidade e o sigilo das informações.

A cooperativa adota as melhores práticas de segurança para garantir a integridade e confidencialidade dos dados coletados, utilizando mecanismos de proteção contra uso indevido, tentativas de acesso não autorizados, fraudes, danos, sabotagens e roubos.

O associado fornece os dados quando:

- Entra em contato com os canais de relacionamento da Cooperativa (site, WhatsApp, telefone, aplicativo, presencialmente no Pac ou Sede...);
- Utiliza ou contrata alguns dos produtos ou serviços;
- Quando a Cooperativa entra em contato com o associado;
- Durante o processo de associação.

4.1- Dados sensíveis

Não serão coletados dados sensíveis de nossos usuários, assim entendidos aqueles definidos nos arts. 11 e seguintes da Lei de Proteção de Dados Pessoais. Assim, não haverá coleta de dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Ao preencher qualquer mensagem para a C.E.C.M. certifique-se que está fornecendo apenas as informações necessárias ao processamento da sua solicitação, não envie dados que possam ser considerados sensíveis à luz da Lei Geral de Proteção de Dados, especificamente dados de origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural, etc...

Os dados pessoais coletados e considerados desnecessários para o contato e resposta à sua solicitação serão descartados.

4.2 - Coleta de dados não previstos expressamente

Eventualmente, outros tipos de dados não previstos expressamente nesta Política de Privacidade poderão ser coletados, desde que sejam fornecidos com o consentimento do usuário, ou, ainda, que a coleta seja permitida com fundamento em outra base legal prevista em lei.

Em qualquer caso, a coleta de dados e as atividades de tratamento dela decorrentes serão informadas aos usuários.

5 – Diretrizes – finalidade do tratamento dos dados

Os dados dos associados são utilizados para melhoria contínua dos produtos e serviço oferecidos e para cumprir as determinações legais, com as seguintes finalidades:

- atendimento a legislação vigente de cadastro e prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo;
- prestação de serviços e oferta de produtos e serviços;
- atendimento de solicitações e dúvidas por nossos canais de atendimento;
- contato por telefone, mensagens, WhatsApp, ou por outros meios de comunicação;
- envio de correspondências físicas ou eletrônicas;
- avaliação periódica do risco de crédito individual;
- colaboração ou cumprimento de ordem judicial, de autoridade competente ou de órgão fiscalizados;
- atendimento à legislação vigente.

** o tratamento de dados pessoais de menores de 18 anos e associado PPD, somente ocorrerá após a pertinente autorização de seu representante ou assistente legal.

6 – Diretrizes – Base legal para utilização dos dados

Uma base legal para o tratamento de dados pessoais nada mais é que um fundamento jurídico, previsto em lei, que justifica a sua utilização. Assim, cada operação de tratamento de dados pessoais precisa ter uma base legal a ela correspondente.

Nós tratamos os dados pessoais de nossos usuários nas seguintes hipóteses:

- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela C.E.C.M.;
- Para proteção do crédito;
- Com o consentimento ou quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro;
- Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

6.1- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória

A coleta dos dados cadastrais descritas no item 4 são necessárias para o cumprimento de obrigações legais e regulatórias definidas pelo Banco Central do Brasil, pela CMN e CVM, por meio de resoluções Circulares e Leis específicas, dentre as quais Lei 12.414/2011, Lei 7.492/1986, Lei 9.613/98, Circular BACEN 3.978/2020 e Instrução CVM 617, Resolução Conjunta BACEN e CMN 1/2020, Circular BACEN 4.015/2020.

6.2 - Proteção ao crédito

A Cooperativa, na condição de controlador dos dados nos termos da legislação, poderá tratar, coletar, armazenar e compartilhar para proteção de crédito, bem como para garantir maior segurança e prevenir fraudes e assegurar sua adequada identificação, qualificação e autenticação, além de prevenir atos relacionados à lavagem de dinheiro e outros atos ilícitos; e realizar análises de risco de crédito.

6.3 - Consentimento

Para as operações de tratamento de dados pessoais descritas no item 4, utilizamos o consentimento que é definido na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) como uma manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

Nesses tratamentos, a qualquer tempo, o usuário pode solicitar a revogação do consentimento e o descarte desses dados e informações, mediante simples requerimento ao nosso encarregado.

6.4 - Legítimo interesse

Para determinadas operações de tratamento de dados pessoais, nos baseamos exclusivamente em nosso interesse legítimo. Esse com base no legítimo interesse tem por finalidade aperfeiçoar o atendimento e os produtos e serviços prestados; fazer ofertas de produtos e serviços adequados e relevantes aos seus interesses e necessidades de acordo com o seu perfil; outras hipóteses baseadas em finalidades legítimas, como apoio e promoção de atividades da Cooperativa ou para a prestação de serviços que beneficiem os clientes.

Portanto, a cooperativa utiliza os dados pessoais do associado para fins legítimos, lícitos e relacionados com as atividades da Cooperativa, sempre observando a legislação vigente e boas práticas de mercado.

A Cooperativa busca:

- oferecer produtos e serviços adequados ao seu perfil de consumo, por meio de canais próprios ou externos;
- melhorar o atendimento do associado e sua satisfação com a instituição;
- atender as necessidades e expectativas do associado, parceiro, colaborador ou usuário dos produtos ou serviços;
- cumprir com as exigências legais;
- valorizar o tratamento justo, digno, cortês e equitativo, assegurando o sigilo das informações, de acordo com a legislação.

7 – Diretrizes – compartilhamento ou retenção de dados

- Os contratos da cooperativa com empresas terceirizadas contam com acordo de confidencialidade, assegurando a proteção e segurança das informações;

- A partir do momento que associado inicia o relacionamento com a cooperativa, durante todo o período de associação, os dados estão armazenados em ambiente seguro, monitorado e controlado;

- Mesmo que o associado não utilize produtos ou serviços, ou peça exclusão da cooperativa, os dados ficarão armazenados para atender aos órgãos de fiscalização e cumprimento de obrigações legais;

- Quando aplicável, e mesmo após a solicitação de exclusão do quadro social, os dados podem ser armazenados por período adicional para fins de auditoria, cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, para o exercício regular de direitos da Cooperativa ou também, pelo prazo necessário, de acordo com a base legal que justifique a retenção dos dados. Por exemplo, os dados podem ser armazenados para cumprir com obrigações impostas pelo Banco Central do Brasil e, também, para preservar os direitos da cooperativa em ações judiciais.

8 – Diretrizes – direitos do titular

Em cumprimento à regulamentação aplicável, quando de sua vigência, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), a C.E.C.M. respeita e garante a você, a possibilidade de apresentação de solicitações baseadas nos seguintes direitos:

- a confirmação da existência de tratamento;
- o acesso aos dados;
- a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a Lei;
- a portabilidade dos dados a outro fornecedor;
- a eliminação dos dados tratados com consentimento do Usuário, exceto nas hipóteses de guarda legal e outras dispostas em Lei;
- a obtenção de informações sobre as entidades públicas ou privadas com as a Cooperativa compartilhou seus dados;
- a informação sobre a possibilidade de não fornecer o seu consentimento, bem como de ser informado sobre as consequências, em caso de negativa;
- a revogação do consentimento;
- a oposição aos tratamentos realizados com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de eventual descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados;
- a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem os interesses dos titulares de dados, respeitados os segredos comercial e industrial da Cooperativa, tais como, mas não limitando-se,

àqueles pautados em critérios de risco de crédito, de prevenção a fraudes ou de decorrentes de execução de contrato.

A C.E.C.M. empreenderá todos os esforços para atender tais pedidos no menor espaço de tempo possível. No entanto, mesmo em caso de requisição de exclusão, será respeitado o prazo de armazenamento mínimo de informações de usuários de aplicações de internet, determinado pela legislação brasileira, dentre outras determinações legais aplicáveis.

9 – Diretrizes – medidas de segurança

- A cooperativa utiliza medidas de segurança da informação para garantir a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos dados pessoais do associado, com padrões adotados pelo mercado de segurança de informação, praticados quando da coleta e armazenamento de dados pessoais.

- Os dados pessoais do associado podem, ainda, ser armazenados junto a empresas parceiras. O acordo da cooperativa para contratação de serviços relevantes de processamento de dados e armazenamento em nuvem está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.893/21 que dispõe sobre a Política de Segurança Cibernética e sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem, a serem observados pela instituição financeira.

- Além dos controles de Segurança Cibernética, anualmente, a cooperativa contrata empresas para a prestação de serviços de auditorias das demonstrações financeiras e auditoria cooperativa. Com isso, a cooperativa possui controle para Prevenção e Combate aos Crimes de lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e possui os seguintes controles:

- autenticação de senhas;
- monitoramento contínuo do ambiente;
- análises e testes contínuos realizados pela área de TI;
- auditorias periódicas.

- Mesmo com todos esses cuidados e controles adotados, os associados devem fazer sua parte, assegurando que seus dados estejam protegidos, observando os seguintes cuidados:

- Não compartilhar senhas e dados de acesso, pois essas informações são pessoais e intransferíveis;
- Utilizar apenas os canais oficiais da cooperativa;
- Manter sempre navegador e antivírus dos seus dispositivos atualizados;
- Manter sempre os dados pessoais atualizados na cooperativa;
- Estar sempre atento as informações dessa política e ler todos os contratos firmados com a cooperativa.

10 - Diretrizes - Transferência Internacional

Os dados pessoais tratados em decorrência do uso dos Serviços serão processados pela Cooperativa em conformidade com legislação vigente aplicável.

A C.E.C.M. está sediada no Brasil, mas pode realizar o tratamento de dados pessoais em outros países através da contratação de empresas parceiras, estas que, por sua vez, estarão submetidas às obrigações desta Política de Privacidade.

11 - Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da COOPERATIVA MINUANO

É responsabilidade do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais:

Aceitar reclamações e comunicações dos titulares de dados pessoais, prestar esclarecimentos e adotar as providências necessárias.

Receber comunicações da autoridade nacional de proteção de dados e adotar as providências necessárias.

Orientar os empregados, terceiros contratados e demais partes da COOPERATIVA MINUANO a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais.

Atender as demais atribuições, conforme orientação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, definidas em normas complementares publicadas pelo referido órgão.

Identificar e avaliar as principais ameaças à proteção de dados, bem como propor e, quando aprovado, apoiar a implantação de medidas corretivas para reduzir o risco.

Tomar as ações cabíveis para se fazer cumprir os termos desta norma.

Apoiar a gestão das violações de dados pessoais, garantindo tratamento adequado e comunicando, em prazo razoável, a autoridade nacional e titulares afetados pela violação sempre que esta representar risco ou dano relevante aos titulares.

12 - Disposições Gerais

Eventuais omissões ou meras tolerâncias das partes no exigir o estrito e pleno cumprimento desta Política de Privacidade e/ou de prerrogativas decorrentes dele ou da lei, não constituirão novação ou renúncia, nem afetarão o exercício de quaisquer direitos aqui previstos, que poderão ser plena e integralmente exercidos, a qualquer tempo.

Caso se perceba que uma disposição é nula, as disposições restantes desta Política de Privacidade permanecerão em pleno vigor e um termo válido substituirá o termo nulo, refletindo nossa intenção, tanto quanto possível.

Para cumprimento da legislação de Dados vigente informamos o endereço de e-mail do encarregado (DPO) Felipe Schaffer: lgpd@cooperativaminuano.com.br.

Através desse endereço é possível solicitar esclarecimentos e tirar dúvidas com relação à LGPD. Para atendimento aos direitos dos titulares de dados, entrar em contato através dos canais de atendimento:

Central de Atendimento: (51) 3075-8750

13 – Aceite e consentimento

O associado/responsável ao ler e aceitar os termos dessa Política de Privacidade e Proteção de Dados concorda com os termos descritos neste documento. Se o associado tiver dúvidas, reclamações, preferir comunicar a cooperativa referente à utilização de dados pessoais, pode entrar em contato por meio dos canais de relacionamento da cooperativa.

Claudio Luis Schwade
Diretor Presidente

Luiz Antonio Huttner
Diretor Financeiro

Wilmar Schroeder Junior
Diretor Administrativo

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

Através do presente instrumento, eu_____, inscrito (a) no CPF sob n°_____, aqui denominado (a) como TITULAR, venho por meio deste, autorizar que a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Minuano, inscrita no CNPJ sob n° 88.325.113/0001-08, em razão da proposta de sócio, disponha dos meus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, de acordo com os artigos 7° e 11 da Lei n° 13.709/2018, conforme disposto nesta Política.

_____

Assinatura Titular:

_____

Data:

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

Através do presente instrumento, eu_____, inscrito (a) no CPF sob n°_____, aqui denominado (a) como RESPONSÁVEL pelo associado_____, inscrito no CPF sob nº_____, venho por meio deste, autorizar que a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Minuano, inscrita no CNPJ sob n° 88.325.113/0001-08, em razão da proposta de sócio, disponha de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, de acordo com os artigos 7° e 11 da Lei n° 13.709/2018, conforme disposto nesta Política.

_____

Assinatura Titular:

_____

Data: